

---

**Antônio Hohlfeldt**

## **Os médias e o império português nos séculos XIX e XX**

---

### **Os médias e o império português nos séculos XIX e XX**

#### **The media and the Portuguese Empire of XIX and XX´s centuries<sup>1</sup>**

Antonio Hohlfeldt (Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

[a\\_hohlfeldt@yahoo.com.br](mailto:a_hohlfeldt@yahoo.com.br)

#### **Resumo**

O artigo propõe um paralelismo entre a história de Portugal e a história dos média em Portugal, mostrando que, quando o país atinge a maturidade para o pleno exercício da democracia e do próprio jornalismo, perdeu os rumos de sua história e inicia seu declínio. O texto parte de pesquisa bibliográfica e de análise comparativa, procurando realizar uma síntese deste processo.

**Palavras-chave:** história do jornalismo; jornalismo Português; jornalismo comparativo; teoria do jornalismo; jornalismo e democracia.

#### **Abstract**

We propose a parallelism between the Portuguese History and the history of his press. We believe that when the country is sufficient mature to the democracy´s exercise and his journalism, he is in decadence. The text is based on bibliography research and comparativism. We trie a sintesis of this process.

**Key words:** journalism history; Portuguese journalism; comparative journalism; theory of journalism; journalism and democracy.

---

<sup>1</sup> Texto originalmente apresentado ao GP História do Jornalismo, no XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu, 2 a 5 de setembro de 2014. O texto foi revisto a partir dos debates suscitados.

## **Introdução**

Para pensar-se as relações entre os médias e a formação, o desenvolvimento e a crise do império português, toma-se o termo *média* na sua mais larga acepção. Neste sentido, considera-se o livro – manuscrito ou impresso – tanto quanto a imprensa informativa (em especial, o jornal e a revista), o rádio, o cinema, a televisão, a internet, etc., como *médias*, na medida em que, como ensina Juliana Pereira de Souza, *médias* são todos e quaisquer *meios de informação e de comunicação*, ou seja, instrumentos tecnológicos que servem para a difusão de mensagens (Souza, 2010: 816).

Pode-se afirmar, pois, que uma história dos médias portuguesas e, mais tarde, a história dos médias presentes nas antigas colônias de expressão portuguesa (Trigo: 1981) deve ser pensada a partir da própria história cultural, econômica, política e literária portuguesas, ao mesmo tempo em que deve acompanhar a evolução de outras tecnologias, dentre as quais as de transporte, além da história dos descobrimentos e colonização lusitanos, que se refletem em suas relações internacionais.

Este texto é uma tentativa de visão de conjunto, tanto no que se refere à história dos médias em terras lusitanas e de suas antigas colônias, quanto dessa história de expansão e naturais choques de interesses junto a outras nações que se formaram após a emergência de Portugal e de Espanha, notadamente a Inglaterra, a França, a Holanda e a Bélgica contemporâneos, além, evidentemente, de movimentos autóctones independentistas que se formam no decorrer dos séculos, inclusive dos processos de colonização, como no caso do Brasil, pioneiramente, e das colônias asiáticas e africanas, sucessivamente.

Parte-se do pressuposto de que os movimentos da expansão marítima de Portugal geraram reflexos na literatura – quer a manuscrita, quer a impressa – pois ela será imediatamente *exportada* para as terras recém descobertas e, ao inverso, sofrerá influência e inspiração das viagens marítimas para suas novas criações. Este complexo processo encontra-se amplamente estudado, ainda que não necessariamente sob o foco da abordagem que aqui se intenta, mas é aqui tomado como conhecido (Judice: s/d; Barreto: 1983; Casa do Infante: 1988).

Este artigo busca estudar o desenvolvimento da imprensa, especialmente a informativa, em paralelo com essas novas conquistas portuguesas, focalizando as generalidades de seu processo, tal como se concretizaram em cada território para, enfim, vencida a etapa das emancipações e independências, registrar-se algumas observações a respeito dos demais médias.

Contextualizando-se a história do império português e a dos médias, tal como eles surgem, desenvolvem-se e interferem na vida cotidiana, política e cultural deste império, pode-se afirmar que eles se disseminam no decorrer do processo de expansão e dominação lusitanos, como consequência do surgimento do prelo, mas quando a imprensa informativa propriamente

dita começa a se popularizar, Portugal já experimenta certo declínio, inclusive tendo sofrido a anexação pela coroa espanhola (1580), de que se livrará apenas a partir de 1640.

É neste processo de retomada da própria história lusitana que a imprensa informativa se estruturará, primeiro através do *Mercúrio Português* e, depois, sucessivamente, o “efêmero e insignificante” *Mercúrio da Europa* (1689), a que se seguirá a *Gazeta* (de que apenas duas edições se conhecem, de agosto e outubro de 1704). Mas será no dia 10 de agosto de 1715 que, enfim, surgirá uma publicação verdadeiramente *jornalística* em Portugal, a *Gazeta de Lisboa*, responsabilidade de António Correia de Lemos, impressor de livros. O periódico circulará até o período pombalino, quando será suspenso, e seu editor preso. No reinado de Dona Maria I, o jornal reaparece, com o mesmo nome, verdadeiro jornal oficial do governo lusitano, somando cerca de 1500 exemplares diários, mais os suplementos semanais, a partir de 1778 (Tengarrinha, 2013: 83 e seguintes).

Quando ocorre a invasão francesa de 1808, a *Gazeta* passa a ser editada pelos invasores franceses, enquanto seu até então editor, Frei Tibúrcio José da Rocha, desloca-se, com a frota da Família Real (Laranjeira, 2011), para o Brasil, vindo a ser o editor responsável pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, que se passaria a publicar a partir de 10 de setembro de 1808, primeiro semanal e, logo na segunda semana, bi-semanalmente, nas quartas-feiras e sábados (Hohlfeldt, 2008). A *Gazeta de Lisboa*, a partir de 14 de junho de 1809, torna-se publicação diária (Rodríguez, 1994: 354).

A permanência dos franceses em território português faz surgir uma primeira *imprensa do exílio*, que se traduz na publicação de jornais, em língua portuguesa e, na maioria dos casos, por editores lusitanos, em países estrangeiros, neste momento, por óbvio, principalmente na Inglaterra. É o caso do *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa (1º de junho de 1808 a 1º de dezembro de 1822), intelectual nascido no Brasil, na então província do Rio Grande do Sul. Costa era filho de portugueses, estudou também na Província Cisplatina (atual Uruguai) e depois formou-se em Direito, em Coimbra, tornando-se embaixador de Portugal nos Estados Unidos. Ao retornar, foi preso pela Inquisição, acusado de ser filiado à maçonaria. Depois de três anos de prisão, consegue fugir para Londres, onde, a partir de 1808, publicaria o jornal, tema que se retoma abaixo (Rizzini, 1988; Hohlfeldt, 2007). Naquele momento, surgiram jornais a favor e contra a invasão francesa<sup>2</sup>.

Depois da revolução de 1820 e, sobretudo, com a primeira constituição de Portugal, de 1822, houve verdadeira explosão de novos jornais em Portugal, ao mesmo tempo em que começaram a aparecer algumas publicações em colônias como a Índia Portuguesa (*Gazeta de*

---

<sup>2</sup> É preciso ter-se em conta que Portugal e Espanha sofriam as agruras da Inquisição, extremamente repressora nestes países. Assim, não é de surpreender que, para alguns intelectuais liberais, o domínio francês fosse menos opressor que o controle duplamente exercido, eclesiástico e real, pelas autoridades espanholas e lusitanas. Veja-se, a propósito, o filme “As sombras de Goya” (2005), de Milos Forman, com roteiro de Jean-Claude Carrière, também editado em livro (2007).

Goa, 1821) e em Macau (China – *Abelha da China*, 1822), sem se falar no Brasil que, com os episódios do Dia do Fico e, enfim, com a independência (1822), experimentara uma notável expansão de sua imprensa.

### **Proibição e obrigação de criação da imprensa nas colónias**

Há duas questões que merecem atenção de quem estude a história dos médios e as antigas colónias portuguesas. A corte, desde logo, proíbe a existência de prelos nas colónias, ao contrário daquilo que será praticado pela Espanha que, desde a primeira metade do século XVI, permite que os padres jesuítas instalem prelos na Cidade do México e em Lima, respectivamente. Portugal, ao contrário, interdita os prelos, gerando inclusive processos e condenações a quem eventualmente detenha algum equipamento semelhante, mesmo que autoridade administrativa lusitana, além de destruir todos os equipamentos. No entanto, sabe-se que houve duas exceções, Goa e Macau. Racionalmente, pode-se interpretar este comportamento como uma adequação prática a uma situação diferenciada daquelas colónias: ao contrário do que ocorria na África e na América do Sul (Brasil), cujas sociedades eram ágrafas, em Goa e em Macau havia sistemas lingüísticos escritos, bastante complexos e múltiplos. Sabe-se, inclusive, que muitos dos primeiros livros publicados em Goa não foram em idioma lusitano, mas em idioma nativo (Gracias, 1880; Cunha, 1923; Rangel, 1957; Lopes, 1971). Remanesce, contudo, uma dúvida: por que o comportamento diverso da Espanha, se, afinal, tanto no México quanto nas colónias da América do Sul, suas populações também não possuíam línguas escritas, ao menos, com sistemas fonéticos como o ocidental, mas apenas faladas? Talvez uma resposta esteja contida na compreensão diversa do fenômeno, como se pode depreender do registro que Alejandro Pizarroso Quintero faz:

Em Espanha, a primeira disposição legal que de maneira indirecta se ocupou da impressão foi em uma Carta dos Reis Católicos, datada do dia de Natal de 1477, com a qual se isentava o impressor e o mercador de livros Teodorico Alemão do pagamento de uma alcavala, do almoxarifado e de outros impostos, dado que o seu comércio e actividade 'redundavam em honra e vicariedade de nossos reinos e dos naturais deles' (Pizarroso Quintero, 1994: 54).

Este episódio poderia ser fortuito, mas outro documento, dos mesmos reis, de 1480, reitera essa perspectiva, quando se lê:

Considerando os Reis (...) quanto era proveitoso e honroso que a estes seus Reinos se trouxessem livros de outras partes, para que com eles se fizessem homens letrados (...); por fim ordenamos e mandamos, que além da dita franquia (...) não

se peçam, nem paguem, nem levem almoxarifado, nem dízima de portagem, nem nenhuns outros direitos pelos nossos almoxarifados, dizimeiros, portageiros ou quais quer outras pessoas (...) que de todos os direitos e dízimas e almoxarifados sejam livres e francos os ditos livros, e que pessoa alguma ou peça ou leve...” (Pizarroso Quintero, 1994: 54).

A segunda questão diz respeito à reviravolta produzida pela corte portuguesa a partir do artigo 13º do decreto de Sá da Bandeira, de 7 de dezembro de 1836, ordenando que as administrações coloniais passassem a editar *boletins oficiais* em suas respectivas regiões. O modelo adotado, pelo que se lê na consulta a tais boletins pioneiros, foi o da *Gazeta de Lisboa*. Por que tal reconsideração tão radical por parte da Rainha Dona Maria II, filha de Dom Pedro I (brasileiro) ou Dom Pedro IV (português)? A hipótese que se pode levantar é que o encadeamento de acontecimentos produzidos a partir da invasão de Portugal pela França (1808), o deslocamento da Família Real para o Brasil, seu retorno – em 1821 – e a independência da antiga colônia, em 1822, ainda que permanecendo vinculada a um membro da Família Real portuguesa, Dom Pedro I (do Brasil)/Dom Pedro IV (de Portugal), serviu como alerta e incentivou a nova política, além do fato, é evidente, dos novos tempos liberais que então sopraram no país (Hohlfeldt, 2008; Hohlfeldt, 2013). Esta é a leitura que José Tengarrinha também faz, numa rápida alusão ao que denomina “o despertar da questão africana”, em sua obra já clássica (2013). Tengarrinha mostra que o Ministro Sá da Bandeira, ainda quando secretário de Estado da Marinha e Ultramar, preocupava-se em fazer editar, mensalmente, o *Memorial Ultramarino e Marítimo*, a partir de março de 1836, publicação pioneira, pois, sobre as questões das colônias, com extensa e ampla matéria sobre aquelas terras longínquas, publicação esta que era distribuída junto às principais autoridades políticas e administrativas, inclusive entre os membros das duas câmaras, oficiais civis e militares, tanto no continente quanto no Ultramar (2013: 502 e seguintes).

Como consequência dessa liberalidade, começam a se publicar os primeiros jornais na Madeira: na ilha do Funchal, *A Flor do Oceano* (15 de novembro de 1834 a 22 de outubro de 1840) e nos Açores, como o *Sentinela Constitucional nos Açores* (Angra, 16 de março a 26 de agosto de 1835)<sup>3</sup>. O processo culmina, como se disse, em dezembro de 1836.

---

<sup>3</sup> Observe-se que os títulos *Sentinela...* espalharam-se por algumas colônias, como o Brasil e em Portugal. Quem teria iniciado esta série de publicações teria sido Cipriano Barata, um médico brasileiro liberal, nascido em 1762 e falecido em 1838, diplomado por Coimbra. O primeiro jornal que editou foi o *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco* (abril de 1823). Deputado eleito à Constituinte, negou-se a participar dela por considerá-la ameaçada pelas tropas de Dom Pedro I. Preso, editou desde a prisão *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco atacada e presa na Fortaleza do Brum por ordem da Força Armada e Reunida* (1824), com o que foi transferido para a Fortaleza de Santa Cruz da Barra, no Rio de Janeiro. Continuando a editar seus jornais, foi sucessivamente transferido de prisões, até ser libertado, em 1830. Ao voltar para Pernambuco, publicou imediatamente *A Sentinela da Liberdade na*

José Júlio Gonçalves faz a transcrição completa do aludido documento, destacando o artigo 13º, que nos interessa, e onde se lê:

Artigo 13º - Debaixo da Inspeção de cada Governo Geral se imprimirá hum Boletim, no qual se publiquem as Ordens, Peças Officiaes, Extractos dos Decretos Regulamentares enviados pelo respectivo Ministerio dos Governos do Ultramar, bem como notícias maritimas, preços correntes, informações Estadísticas [sic], e tudo o que for interessante para conhecimento público.

Artigo 19º - Fica revogada toda a legislação em contrario. O Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar o tenha assim entendido e faça executar” (Gonçalves, 1964).

Como mostra Júlio de Castro Lopo (1964), antes e depois deste decreto, começaram a aparecer publicações nas então colónias portuguesas: na Índia Portuguesa, *Gazeta de Goa* (Nova Goa, 1821) e *Chronica Constitucional de Goa* (Nova Goa, 1835) e, enfim, o *Boletim do Governo do Estado da Índia* (Nova Goa, 1837); em Macau, o *Boletim do Governo de Macau, Timor e Solor* (Macau, 1838); em Cabo Verde, em 1842 (Cidade da Praia); em Moçambique, o *Boletim Official* surgiu em 1854; em São Tomé e Príncipe, em 1857; e na Guiné, em 1880 (Lobo, 1964). Quebrava-se, pois, a interdição e abria-se uma nova era para todas as então colónias, porque, como já observei em outro momento, dada a permissão e – mais que isso - a ordem para que se publicassem os boletins oficiais, precisou-se estabelecer em cada colônia um prelo e uma instituição responsável, uma Imprensa Nacional (Hohlfeldt, 2009). Neste caso, foi necessário constituir-se um estabelecimento específico, chamado, aos moldes de Lisboa, que passou a editar o boletim mas que, logo, era procurado para imprimir outros jornais que não aquele oficial, boa parte dos quais não alinhados à política oficial portuguesa. Foi assim, por exemplo, com Moçambique, só para citar um exemplo, o que geraria uma crise político-administrativa e quase colocava todo o processo por terra.

Vencidos estes primeiros momentos, contudo, de fato esta imprensa oficial passou a imprimir, não apenas o jornal oficial, quanto outras publicações, o que leva Júlio Castro Lopo a considerar uma periodização para tal imprensa (ele se refere apenas à imprensa angolana, mas pode-se estender, como o fiz, a toda a imprensa colonial de expressão portuguesa): os dois primeiros períodos são distinguidos, justamente, pela existência de uma imprensa oficial e, depois, uma imprensa independente que, gradualmente, tratará de constituir inclusive

---

*Guarita do Quartel-General de Pirajá*. O *Sentinel da Liberdade* teve múltiplas designações, conforme as situações enfrentadas por Barata. Sua teimosia inspirou outros jornais, em todo o Brasil, e também se refletiu em publicações em todo o universo colonial de expressão portuguesa, como aqui se documenta (Sodré, 1966; Vianna, 1945).

outros prelos para as suas publicações. Surgiu, assim, o que já se chamou de *imprensa colonial de expressão portuguesa*:

A *imprensa colonial* tem a ver com toda aquela produção realizada nas mais diferentes colónias de Portugal, e neste sentido se incluiria o Brasil, não importando se produzida por autóctones ou por portugueses localizados naquelas colónias. Ela é *colonial*, não porque ideologicamente defenda o colonialismo ou a colonização, mas porque ela se realiza neste contexto de colonização, traz uma referência espacial, sociocultural e política, mesmo após a concessão da chamada autonomia administrativa e financeira das colónias, que ocorre depois da Revolução de 1910, que estabelece a república em Portugal. Ela já não será mais colonial, contudo, após o 25 de abril de 1974, com a independitização das antigas colónias.

Quanto à *expressão portuguesa*, é porque ela traduz, para a língua portuguesa, o ponto de vista original do nativo ou daquele ali adaptado ou com aquela região identificado. Não se pode referir, assim, com esta designação, uma literatura ou imprensa caboverdeana expressa em dialeto das ilhas, ou nas diferentes línguas nativas de Angola, Moçambique ou de Goa. Define-se, deste modo, com clareza, o objeto de estudo: a imprensa produzida nas colónias portuguesas que se divulgou em língua portuguesa, exclusivamente (Hohlfeldt, 2009: 147-148).

Deve-se registrar, igualmente, que, se em Goa, por exemplo, ou em Moçambique, foram muitos os jornais escritos em línguas nativas<sup>4</sup>, também circularam, em diferentes momentos, periódicos escritos em inglês, graças às proximidades geográficas e económicas existentes entre algumas dessas colónias portuguesas e as demais colónias que as circundavam. Nestes casos, pode-se considerar, seja a questão de valorização de idiomas nativos, seja a necessidade de apresentar uma versão *portuguesa* de acontecimentos que interessassem diretamente àquelas comunidades, mas que envolvessem seus vizinhos<sup>5</sup>.

Na verdade, a questão da colonização entrava na pauta de preocupações, não apenas de Portugal, quanto de outras nações europeias, como a Inglaterra, a França, a Alemanha e a Bélgica, pelo menos. Daí, não ser surpreendente que, no movimento gerado por todos esses ventos liberais, que incluíram inclusive a abolição da escravatura nas colónias portuguesas, surgissem jornais destinados a informar, em Portugal, sobre o movimento comercial e a potencialidade agrícola e industrial das colónias, como ocorre com *O Investigador* (Lisboa,

---

<sup>4</sup> Não é objetivo deste estudo, mas registre-se a situação curiosa a ser pesquisada: se os povos africanos, de modo geral, não possuíam línguas escritas, como Angola e Moçambique, dentre outras colónias de então, publicaram páginas inteiras em alguns desses idiomas?

<sup>5</sup> Isso é mais notável quando da I Grande Guerra, sobretudo depois que Portugal passou a fazer parte ativa do conflito.

1837) ou *O Industrial* (Lisboa, 1837), o que incluía o Brasil, como bem observa Tengarrinha, não obstante a antiga colónia já se tivesse tornado independente (2013: 542).

A história sobre como a imprensa e os demais médias se implantaram e desenvolveram em cada antiga colónia é um estudo que ainda se encontra em processo. De modo geral, podemos encontrar um autor mais vinculado a cada uma das maiores e principais colónias, como Angola (Júlio de Castro Lopo), Moçambique (Ilídio Rocha) ou Goa (do pioneiro José António Ismael Gracias ao mais recente, António dos Mártires Lopes), além de autores portugueses que se preocuparam com o assunto e trataram de abordá-lo evidentemente sob a ótica metropolitana, como é o caso do já mencionado José Júlio Gonçalves.

### **A imprensa nas colónias**

Pode-se distinguir as histórias individuais da imprensa – que é praticamente a única média existente ao longo do século XIX a chegar até as colónias – mas existe, nestas histórias, aspectos em comum que aqui se destaca: de um lado, a questão da periodicidade desta história e, de outro, as características propriamente ditas desta imprensa.

A proposta de Júlio Castro Lopo, antes mencionada, em relação a Angola, pode ser estendida às demais colónias, com a vantagem de não trabalhar com datações, mas, sim, com tendências e características:

- a) imprensa oficial ou *oficiosa*, da data de criação dos respectivos *boletins oficiais* até o surgimento de um jornal que gozasse de maior distanciamento da autoridade política e administrativa da colônia;
- b) imprensa livre, da data de criação desses jornais com maior autonomia, até o aparecimento de jornais em que a atividade jornalística fosse considerada, em sentido estrito, como profissionalizada;
- c) imprensa profissional, a partir do momento em que o jornal se torna a referência para a sobrevivência de seu diretor, editor ou redator (em alguns casos, tudo isso ao mesmo tempo) e onde, em geral, o jornal se imprime a partir de uma gráfica própria que também edita outros periódicos e/ou realiza serviços gráficos para terceiros, garantindo sua independência financeira.

Do mesmo modo que, em Portugal, mas com consequências mais amplas, uma história dessa imprensa, escrita nos dias de hoje, deverá considerar um quarto período, vinculado aos acontecimentos posteriores ao 25 de abril de 1974, porque daí em diante desdobraram-se e se concretizaram os projetos independentistas das colônias, com consequências mais do que evidentes, ao mesmo tempo em que se multiplicaram as médias. Contemporaneamente, todas as antigas colónias apresentam um panorama mediático tão avançado quanto os grandes



centros internacionais, inclusive com acesso à web<sup>6</sup> e oferta de serviços de rádioemissão e televisão digitais, o que não significa, necessariamente, a democratização dos médias, eis que tal contexto tem muito mais a ver com a política do que com a comunicação, em si.

Uma observação atenta aos jornais que então circulavam e os processos dialogais por eles possibilitados nos revela o seguinte conjunto:

1. é comum o envio dos exemplares das primeiras edições a um determinado conjunto de habitantes, provavelmente aqueles que constavam como alfabetizados, mais ou menos possuidores de bens e capazes de se interessar por um jornal. A prática era acompanhada de notas naquelas primeiras edições em que se rogava que quem não quisesse assinar o periódico, favor devolvesse-o à redação. Por consequência, a não-devolução implicava na aceitação do mesmo e na emissão do boleto de cobrança, *a posteriori*; a prática, evidentemente, implicava sérios riscos de calote, fato que é registrado por muitas publicações;
2. registro do aparecimento de congêneres, não apenas na própria colônia quanto nas demais colônias ou metrópole, sobretudo se fossem jornais ligados a um mesmo grupo partidário, por exemplo. Isso significa que os jornais de então mantinham um forte intercâmbio, o que se confirma pela observação do ponto seguinte: os jornais noticiavam a suspensão de circulação dos colegas e, por vezes, até a existência de processos (policiais, administrativos ou censoriais)<sup>7</sup>, condenações ou absolvições;
3. intenso e contínuo trânsito dos jornais entre as colônias e destas com a metrópole: é comum a citação e a transcrição de artigos de uns jornais pelos outros, seja os coloniais, referindo outros jornais coloniais, seja referindo a imprensa da metrópole e, muitas vezes, sendo por ela referida e transcrita também. Dependendo do jornal metropolitano que fizesse a transcrição, certamente o fato seria motivo de orgulho para a publicação colonial;
4. isso implica, assim, também, na constituição de um campo específico de circulação, para aquém do círculo de leitores leigos e gerais – no campo da política partidária ou dos grupos administrativos, por exemplo – que a publicação buscava alcançar. Os jornais se liam entre si e se criticavam. Pode-se mesmo dizer que o jornal que não mantivesse uma constante polêmica com outras publicações era um jornal de menor importância no contexto de imprensa de então;
5. envio obrigatório dos exemplares, para depósito, às bibliotecas do Porto e de Lisboa, advindo daí a possibilidade de se fazer consulta a essas publicações;
6. o lançamento de novos títulos em substituição aos anteriormente suspensos ou proibidos é procedimento comum. Assim, quando um jornal é impedido de circular, imediatamente a instituição editorial lança um novo título; e este novo título assume assinantes, compromissos financeiros e linha editorial do jornal anterior;

---

<sup>6</sup> Há problemas quanto a preços e velocidade, tanto quanto a questão da centralidade da propriedade das empresas que oferecem tais serviços.

<sup>7</sup> No jargão da época, as *querelas*.

7. menos que oposição à condição colonial em si, os jornais das colónias, de modo geral, exercem uma constante crítica às companhias de administração a que a Metrópole entregava os territórios, as chamadas *companhias majestáticas*. Assim, instituições como o Banco Ultramarino Português, a Cia. de Moçambique, a Cia. Nacional de Navegação, dentre outras, são algumas das instituições que mais claramente descontentam as populações coloniais, pela alegada má qualidade de seus serviços. Apesar dos nomes, elas são todas formadas por capital estrangeiro, especialmente inglês ou alemão. Em consequência, são também as mais visadas pelas publicações;

8. multiplicam-se os períodos de censura ao longo da história desses jornais, na maior parte das vezes por questões externas ao próprio contexto colonial; por exemplo, a instalação da república; a tentativa de golpe e reconstituição da monarquia; a I Grande Guerra, etc. Evidentemente, a instituição do Estado Novo se reflete de imediato na exigência de uma censura prévia constante, que se expressa através de carimbos ou dizeres impressos: “visado pela censura”, em toda e qualquer publicação. Curiosamente, essa censura, de modo geral, não interfere diretamente nas questões locais ou regionais, de modo que falar mal da limpeza da cidade; criticar a companhia de administração; cobrar melhor desempenho dos serviços postais, de modo geral, não é motivo para a intervenção da censura, nem mesmo depois de 1926; tudo isso mudará, contudo, a partir de 1934, quando o Estado Novo salazarista se instala, de fato, em Portugal. Outro tipo de censura muito comum é a censura local, a partir de uma empresa que domina certo território ou de autoridades temporárias, que criam desafetos entre as populações locais, autóctones ou não;

9. as dimensões dos periódicos em geral é a do tablóide, tal como o conhecemos hoje, mas com infinitas variações nas dimensões exatas; os jornais em geral circulam com quatro páginas, sendo que a última é dedicada à publicidade (há exceções: alguns jornais de Goa possuem apenas uma folha; alguns periódicos de Angola ou Moçambique chegam a oito páginas); de modo geral, os jornais são semanais, definem-se como informativos e noticiosos (embora haja aqueles que sejam políticos, e neste caso ligam-se claramente a um partido ou a um candidato e, em geral, são fundados pouco antes de uma campanha eleitoral, desaparecendo quase que em seguida;

10. a partir das primeiras décadas do século XX, há exigências de registro prévio da publicação, identificação do seu administrador e do seu editor e, a partir de um determinado momento, exige-se mesmo um título universitário para o responsável pelo jornal, o que gerará inúmeros problemas para muitas folhas. O título universitário não precisa ter nenhuma relação com a função jornalística: assim, boa parte dos novos diretores serão farmacêuticos (Rocha, 2000: 131 e seguintes), pelo simples fato de que poderiam ter seu título em Goa. Esta medida permitiu um drástico controle censorial sobre boa parte da imprensa colonial de expressão portuguesa até os acontecimentos de 1974.

Os primeiros quatro itens não são características apenas do jornalismo colonial, mas de todo o jornalismo do século XIX. De qualquer modo, isso evidencia um intenso intercâmbio de leitura entre a metrópole e as colônias, ou entre elas mesmas. O fato de o Brasil ter-se tornado independente antes das demais colônias, do mesmo modo que concretizou a república até mesmo antes da metrópole, transforma o país e suas publicações em espécie de modelo e referência: em datas como a de independência do país sul-americano, ou a da proclamação da república, os jornais coloniais costumam registrar tais efemérides, de certo modo, utilizando-as como modelos a serem seguidos pelas próprias colônias.

Para se compreender todo este processo, é fundamental ter-se em mente as condições de produção e de circulação dos jornais, tanto na segunda metade do século XIX quanto nas primeiras décadas do século XX, notadamente até o surgimento do rádio e sua disseminação, ao longo da década de 1920.

Todo o papel vinha da metrópole, em navios que passavam algumas semanas no mar. Imagine-se as condições em que este papel chegava aos continentes africano ou asiático. O papel desembarcado era em parte utilizado pelos jornais, mas conforme as partidas da matéria-prima, poderia variar significativamente: dentro do padrão ideal do jornal tablóide, há diferentes medidas. Além disso, o papel utilizado pelos jornais também pode ser bastante diferente, ora dentro daquela característica a que hodiernamente se chama *papel imprensa*, ora folhas extremamente finas, o que fazia com que as páginas impressas vazassem de um lado para o outro, às vezes até mesmo impedindo a leitura da página impressa. Havia também épocas em que chegava apenas papel colorido, o que dificultava a impressão. Depois de impresso, o responsável pela publicação deveria enviar um exemplar para a Biblioteca Pública Municipal do Porto, que os colecionou ao longo de décadas, o que possibilita as pesquisas hoje em dia desenvolvidas<sup>8</sup>.

De modo geral, os jornais não indicam suas tiragens – há uma exceção quanto a *O Emancipador*, em todas as variantes de seu título – mas devem ser poucos, talvez algumas centenas, apenas, o que se pode deduzir a partir do alto percentual de analfabetismo das colônias, quer pelas notícias de fechamento e/ou falência de jornais por falta de pagamento. Por outro, considerando-se que a *Gazeta do Rio de Janeiro*, nos seus primeiros anos de circulação, não ultrapassou um milhar de assinantes, deve-se concluir que a importância e a eventual influência de uma publicação sobre a opinião pública se dá através de dois processos

---

<sup>8</sup> Nem sempre as condições de guarda dessas coleções são as ideais: alguns zelosos administradores resolveram *racionalizar* a guarda de tais exemplares, reunindo-os segundo suas dimensões físicas, em grandes volumes encapados, em que jornais que nada têm a ver uns com os outros acabam reunidos aleatoriamente. Em outros casos, o papel sofreu enorme deterioração, de modo que, ao se pegar em uma dessas folhas, ela se atomiza entre os dedos. Enfim, em muitos casos, os jornais acabam sendo guardados com dobras em suas páginas, o que provoca o corte do pedaço de papel em que se encontra impressos, parte esta que, muitas vezes, acaba perdida, dificultando e/ou inviabilizando a consulta eventualmente pretendida.

não excludentes<sup>9</sup>: a) leitura pelas elites que reproduzem tais idéias; b) leitura em voz alta, por parte de um leitor alfabetizado, para públicos analfabetos, não obstante, interessados em novidades, sobretudo as político-partidárias, em especial quando em períodos eleitorais, ou sobre escândalos que, invariavelmente, eclodiam naquelas sociedades<sup>10</sup>. Assim, encontramos notícias sobre listas eleitorais ou relatos cotidianos como o anúncio de um cidadão, recém-divorciado, alertando que, a partir daquela data, não responde mais despesas da ex-esposa. Nos espaços do *expediente* dos jornais<sup>11</sup>, encontramos alguns registros que evidenciam as dificuldades para a publicação e a circulação dos periódicos nessas distantes terras: o menino da oficina que, ao atravessar a rua, derruba a página, já composta. Como o jornal deverá ser recomposto, letra a letra, ele circulará com atraso; o jornal que deixa de circular porque os únicos dois tipógrafos saíram para as brincadeiras do carnaval e não voltaram mais para o trabalho; a reclamação do jornal de que, por desavenças político-partidárias, a administração dos correios e/ou da via férrea vem atrasando ou perdendo os exemplares a serem entregues ao leitor que habita o interior da província, etc. Isso tudo, sem se falar das *querelas*, processos movidos pelas autoridades contra os responsáveis pelas publicações: se condenados (e quase sempre o eram), os editores podiam ser multados, presos na própria cidade ou enviados para outros territórios<sup>12</sup>. Trata-se de uma prática comum que se encontra registrada nas páginas do jornal é a transferência do diretor e/ou editor, se ele fosse funcionário público, para um outro território, inviabilizando o jornal.

Há situações de censura direta ou indireta, ainda antes da República, ou depois dela, que chegam a ser ridículas ou cômicas, na observação dos dias de hoje. Por exemplo, o jornal *O Emancipador*, que circulou entre 1919 e 1937, pertencia a um sindicato de trabalhadores. Quando seu editor/diretor foi transferido para outro território, o jornal passou quase um ano circulando com seu título modificado a cada semana: é que a lei, se exigia o editor/diretor com título universitário, permitia que um *número único*, como se dizia então, circulasse sem atender a esta exigência, do que se valiam os responsáveis pela publicação para editarem,

---

<sup>9</sup> José Júlio Gonçalves, em seus inúmeros trabalhos a respeito da *informação* nas antigas colônias, refere constantemente o problema do plurilinguismo; o analfabetismo e a falta de poder aquisitivo por parte dos nativos e habitantes desses territórios, quando analisa as pequenas tiragens e a abrangência reduzida dos periódicos coloniais (Gonçalves, 1964; 1965; 1966; 1966).

<sup>10</sup> As observações originais sobre tais processos são registradas por Marialva Barbosa (2007; 2013), a propósito da imprensa brasileira ao longo do século XIX e podem ser certamente generalizadas para a imprensa das demais colônias de expressão portuguesa, inclusive os nativos desses territórios, que enfrentam o duplo desafio de, às vezes, nem falarem português, muito menos, lê-lo.

<sup>11</sup> O *expediente* é o espaço institucional, quase sempre na primeira das quatro páginas do periódico, em que a redação conversa com seu leitor e explica suas práticas e rotinas.

<sup>12</sup> Os diretores/editores de boa parte dessas folhas, ou eram funcionários públicos – administrativos ou militares que, em boa parte, opunham-se ao sistema monárquico ou, depois da implantação da República, alinhavam-se a partidos de oposição, em nível nacional ou local.

semanalmente, o mesmo jornal, mas sob denominações diversas, como *Emancipado*, *A Voz do Emancipador*, *O Emancipador do Operariado*, *O Emancipador dos Grevistas*, e assim por diante (Rocha, 2000: 125 e seguintes; Hohlfeldt, 2008).

Uma outra história exemplar é a do *Eco do Nyassa*, que circulou entre 1919 e 1923, no território do Niassa, a nordeste de Moçambique, administrado pela Cia. do Niassa, de origem inglesa. Essas *companhias majestáticas*, que recebiam territórios ou serviços como concessão do governo português, que não tinha como ocupar ou atender através de seus funcionários a boa parte dos territórios coloniais, tornavam-se quase que autônomas em relação à administração lusitana, inclusive quanto à aplicação da Justiça, quer por omissão, quer por conivência das autoridades portuguesas. Neste caso, a companhia não gostou do surgimento do jornal, dirigido por Francisco Leite Pereira, que tinha posições críticas sobre a mesma. Assim, o editor jamais alcançou a autorização para a impressão e circulação do jornal, ainda que tenha circulado ao longo de quase quatro anos, como se indicou. O curioso é que, para todos os efeitos, o jornal *não existia*, pois não fora autorizado, mas seu diretor era constantemente processado e condenado e o próprio Judiciário publicava seus editais no periódico... (Hohlfeldt, 2010).

Não se pode esquecer, enfim, a importância que a imprensa teve para o surgimento, a divulgação e a nacionalização das literaturas nacionais, conforme salienta Francisco Noa:

Qualquer tentativa para rastrear o percurso da literatura moçambicana sem passar um olhar circunstanciado pelas páginas da imprensa que a alimentaram, a divulgaram e consagraram é, à partida, cometer uma profunda falsidade histórica (Noa, 1996: 237 apud Macêdo et Maquêa, 2007: 13).

É a mesma perspectiva adotada por Carlos Ervedosa, por exemplo, quando indica o jornal *A Civilização da África Portuguesa*, de 1866, de Luanda, criação de Urbano de Castro e Alfredo Mântua, como o primeiro espaço dedicado à criação literária daquela colônia. O jornal existiu durante apenas 3 anos, resultou em seus diretores serem presos, mas abriu caminho para a literatura: a esta publicação, seguiu-se, em 1878, um primeiro jornal com título em língua nativa, o *Mukuarimi* (1878) que, em português, significa *linguareiro, falador, maldizente...* Outro português, Alfredo Trony, bacharel em Direito por Coimbra, publicou, em folhetins, na imprensa lisboeta, a *nova Nga Muturi*, descoberta só quase um século depois, hoje editada em livro, em Portugal<sup>13</sup>. Em Luanda, ele fundou e dirigiu o *Jornal de Loanda*, que dirigiu até sua morte, em 1904. Gradualmente configurava-se uma consciência nativista, com o aparecimento de jornais como *O Brado africano* (Hohlfeldt, 2010) e o nativo *Muen'exi* (1889). Toda uma primeira geração de escritores, dentre prosadores e poetas, vai-se constituindo através das

---

<sup>13</sup> Trata-se das Edições 70, de Lisboa.

páginas de publicações periódicas, até se chegar à segunda geração, logo nos albores do século XX e, dali em diante, aos demais nomes referenciais, como o de Luandino Vieira (Macêdo et Chaves, 2007)..

Moçambique, “devido à situação no Índico que envolveu uma antiquíssima ligação à Ásia Ocidental e ao Islão, anterior à presença portuguesa, queda um tanto excêntrico a esta constelação atlântica” (Apa; Barbeitos et Dáskalos, 2003: 17). Não obstante, sua imprensa propiciou também o aparecimento dos primeiros escritores, inclusive João Albasini, por exemplo, mulato editor de *O Brado Africano* que, em 1924, pouco antes de sua morte, publica o livro de poemas *O livro da dor*, único que produziu, mas que abre os caminhos para outros estreadores, como o fundador José Craveirinha, que haveria de marcar toda a literatura de seu país, até o nome contemporâneo de Mia Couto (Macêdo et Maquêa, 2007).

Cabo Verde goza de uma situação à parte: sendo uma nação que se constituiu artificialmente, pois no arquipélago não havia habitantes humanos até a chegada dos portugueses, no século XV, recebeu colonizadores brancos e escravos negros. Da mescla, surgiu uma cultura e uma nacionalidade que se expressa no *criolle*. Mais que isso, a riqueza desta literatura oral acabou influenciando forte e positivamente a criação literária escrita, desde a chamada geração de *Clareza* – *Revista de Arte e Letras* (1936). Observe-se que já se está a falar do século XX, antecipado pelo poeta Jorge Barbosa, que editava, um ano antes, a coletânea *Arquipélago* (Santilli, 2007). A revista cumpria a função estratégico-cultural de redescobrimto de uma identidade: talvez, na linha de Benedict Anderson, uma *comunidade imaginada* (1983).

Reafirma-se, pois, aqui, as estreitas relações entre o jornalismo e a literatura, existentes desde, pelo menos, o Romantismo: o jornalismo permite a sobrevivência profissional do escrito e, ao mesmo tempo, divulga sua obra, popularizando-a.

### **Outros médias**

A partir do final do século XIX, a imprensa informativa vai conviver com outros médias que vão surgindo no Velho Continente e acabam por chegar nas colônias. É o caso do telégrafo, mas principalmente do cinema. A partir dos anos 1920, será a vez do rádio.

No caso do telégrafo, este aparelho vai agilizar a recepção das informações oriundas da metrópole: são raros, contudo, os jornais que podem tê-lo em suas redações. Também a maior parte das administrações coloniais não dispõem desta tecnologia, restrita a algumas empresas internacionais que se transformam, então, em fontes informativas dos jornais que, por seu lado, retransmitem as novidades a seus leitores.

No caso do cinema, os jornais ocupam-se fielmente em antecipar os filmes a serem projetados nas salas já existentes nas cidades, em especial nas capitais provinciais, como Luanda ou Lourenço Marques. Na medida em que a imprensa alcança novas conquistas, como o clichê de imagens, os cinemas passam a publicar *reclames* de suas atrações nas páginas dos jornais e,

já nos anos 40, chegamos à edição de revistas especializadas na Sétima Arte. De modo geral, o cinema foi introduzido, enquanto *lanterna mágica*, em Angola, logo nos primeiros anos do século XX (Gonçalves, 1964: 74), graças aos sacerdotes missionários; em Bissau, em 1929 (Gonçalves, 1966: 113), ao mesmo tempo que em Cabo Verde; em Moçambique, enfim, por volta de 1910, bastando que se consultem, para confirmá-lo, os jornais da época, e não apenas em Lourenço Marques, a capital. Tais jornais publicam semanalmente a programação dos cinemas de então, como o Varietá, o Gil Vicente (que era, também, teatro) e o Scala:

Os italianos instalados em Lourenço Marques, Pietro Bufa Buccelato, empreiteiro, e Angelo Brussoni, comerciante, inauguram na Rua Araújo a sala Varietá, em 16 de julho de 1910 (.,,..) o rinque de patinagem do Varietá é modificado, com a construção, no primeiro andar, duma sala onde se podem realizar espetáculos cinematográficos. Daí ma transformá-lo num teatro, é um outro passo(...) Em 1913, Manuel Augusto Rodrigues abre o seu novo teatro em Lourenço Marques. Os habitantes portugueses da cidade pedem-lhe para encontrar para a sua sala um nome adequado. Como bom patriota português, escolhe o nome de Gil Vicente (Convents, 2010: 54 e 55).

O Varietá é um cinema-teatro com 1083 lugares, enquanto o Gil Vicente possui 872 poltronas, números mais do que razoáveis para a época.

O rádio teve sua introdução decidida quase que como um caso de manutenção da independência e da autonomia das então colónias de expressão portuguesa. No caso de Moçambique, os habitantes costumavam ouvir as emissoras que emitiam desde o Transvaal (hoje África do Sul), em idioma inglês e sob perspectiva diversa daquela que interessava ao governo lusitano. Assim, em 1933 foi fundado o Grémio dos Radiófilos que daria, posteriormente, origem à Rádio Clube Moçambique. Após a independência, a programação da emissora foi inteiramente reformulada, mas a Rádio Clube continua sendo a principal emissora nacional, emitindo em vários idiomas nativos e buscando cobrir o mais possível o território nacional (Gonçalves, 1965: 110 e seguintes).

Em Angola, terá sido provavelmente a Rádio Clube de Angola (1938) a pioneira (Gonçalves, 1964: 77). Em Cabo Verde, a introdução das emissões radiofônicas se deu mais tarde, em 1945, graças à Rádio Clube de Cabo Verde (Gonçalves, 1966: 187); um ano antes, ocorrera o início das transmissões da Emissora da Guiné (Gonçalves, 1966: 116); já em São Tomé, o rádio começou em 1925, graças à instalação de um cabo submarino, em funcionamento desde 1886, mas só em 1949 surgiu a Rádio Clube São Tomé: fica claro, para o pesquisador, que em boa parte desses territórios, o surgimento do rádio tem a ver com a II Grande Guerra e

referia-se à criação de salvaguardas para a auto-defesa dos territórios por parte das autoridades portuguesas.

É interessante, em todo o caso, verificar-se o quanto o rádio acabou se aproximando e auxiliando à imprensa em sua missão informativa, tornando-se, muitas vezes, sua fonte primeira, ao mesmo tempo em que era divulgado por essa mesma imprensa: houve, inclusive, publicações impressas especializadas, como a *Rádio Clube* (1935) e a *Q.R.V* (1938), etc. (Gonçalves, 1965: 125-126; Hohlfeldt, 2013). O que, nestes estudos, diz respeito a Moçambique, pode ser generalizado para as demais antigas colónias, com o destaque para o papel estratégico que o rádio representou, ao longo das guerras de independência, nos anos 1970, para todos aqueles grupos revolucionários que atuavam, quer em Cabo Verde e Guiné Bissau, quer em Angola ou em Moçambique.

A televisão, por seu lado, começou em décadas recentes: de modo geral, este processo se deu apenas após a independência das antigas colónias, eis que a legislação portuguesa garantia à RTP – Rádio Televisão de Portugal o monopólio de transmissões para todo o país e suas colónias (consideradas territórios ultramarinos do país, pela legislação salazarista). Em Moçambique, a televisão surgiu enquanto Televisão Experimental de Moçambique (1981), que hoje emite nacionalmente através de satélite; em Angola, a partir de 1975: os estudos para a instalação da emissora, contudo, vinham desde 1973: após a independência, trocou-se a expressão *portuguesa* por *popular*, como melhor convinha ao novo status da nação; em Cabo Verde, passou a funcionar apenas em 1984; a de Guiné Bissau, em 1988, e assim por diante.

Boa parte dessas emissoras, como é o caso de Angola, já vem buscando a digitalização, inclusive com o auxílio tecnológico, dentre outros, do Brasil.

A presença da RTP África, que é um canal específico da Rádio Televisão de Portugal para o continente africano, emite desde Lisboa mas mantém equipas nos territórios do continente negro: volta e meia, contudo, suas equipas enfrentam episódios de censura, suspensão de atividades ou até mesmo pura e simples proibição, como vem ocorrendo com a emissora em Guiné Bissau, depois de um recente golpe de estado.

A difusão da imprensa pelas colónias de expressão portuguesa não impediu que o antigo império fosse gradualmente dizimado, desde os acontecimentos de 1891 a 1894, em que Portugal não conseguiu concretizar o almejado *mapa cor de rosa*, unificando suas colónias de costa a costa, através da aproximação entre Angola e Moçambique. Mas certamente foi e tem sido a imprensa, mais que qualquer outro média, que garantiu certa unidade linguística a essas antigas colónias, não na mesma proporção e nem com a mesma eficiência que ocorreu com o Brasil, certamente, mas com um resultado bastante significativo e alentador, se considerarmos que o português é o idioma oficial de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, Timor e tantos outros territórios de antigas colónias. Bem ou mal, e bem depois da queda do sistema colonialista que a ditadura salazarista tentou manter em vão, a comunidade



lusófona é a quinta maior comunidade do mundo, com mais de 250 milhões de falantes, sendo idioma oficial de nove nações, o que constitui hoje em dia a CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

### **Bibliografia**

- ANDERSON, Benedict (1989): *Comunidades imaginadas*, São Paulo, Cia., das Letras.
- APA, Livia, BARBEITOS, Arlindo e DÁSKALOS, Maria Alexandre (2003): *Poesia africana de língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Lacerda.
- BARBOSA, Marialva (2007): *História cultural da imprensa brasileira – 1800 – 1900*, Rio de Janeiro, Mauad.
- BARBOSA, Marialva (2013): *História da comunicação no Brasil*, Petrópolis, Vozes.
- BARRETO, Luís Filipe (1983): *Descobrimientos e Renascimento. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BRANDÃO, Fernando de Castro (1995): *História da expansão portuguesa (1367-1580) – Uma cronologia*, Odivelas, Heuris.
- BRITO, Bernardo Gomes (1735-1736): *História trágico-marítima*, Rio de Janeiro, Lacerda Editores-Contraponto.
- CARRIÈRE, Jean-Claude (2007): *Os fantasmas de Goya*, São Paulo, Cia. das Letras.
- CASA DO INFANTE (1988): *A rota do Cabo. Descobrimientos e colonização africana*, Porto, Câmara Municipal da Cidade do Porto.
- CONVENTS, Guido (2011): *Os moçambicanos perante o cinema e o audiovisual. Uma história político-cultural do Moçambique colonial até a República de Moçambique – 1896-2010*, Maputo, Afrika Film Festival.
- CUNHA, António Maria da (1923): *A evolução do jornalismo na Índia Portuguesa*, Nova Goa, Imprensa Nacional.
- EVERDOSA, Carlos (1979): *Roteiro da literatura angolana*, Lisboa, Edições 70.
- GONÇALVES, José Júlio (1964): *A informação em Angola - Alguns subsídios para o seu estudos*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- GONÇALVES, José Júlio (1965): *A informação em Moçambique. Contribuição para o seu estudo*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- GONÇALVES, José Júlio (1966): *A informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- GONÇALVES, José Júlio (1966): *A informação nas Províncias do Oriente. Elementos para o seu estudo*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- GRACIAS, José António Ismael (1880): *A imprensa em Goa nos séculos XVI, XVII e XVIII. Apontamentos histórico-bibliográficos*, Nova Goa, Imprensa Nacional.
- GUIRADO, Maria Cecília (2001): *Relatos do descobrimento do Brasil*, Lisboa, Piaget.

- HOHLFELDT, Antonio; OLIVEIRA, Samir Rosa de (2007): "Bicentenário da imprensa brasileira: Reavaliação de Hipólito José da Costa, diretor e editor do Correio Braziliense", Aracaju, Universidade Federal de Sergipe - Comunicação apresentada ao 5º Encontro Anual da SBPJor.
- HOHLFELDT, Antonio (2008): "Correio Braziliense e Gazeta do Rio de Janeiro: Comparações e influências". *Estudos em Jornalismo e mídia*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Volume 5, nº 2: 11-26.
- HOHLFELDT, Antonio (2008): "Imprensa colonial de expressão portuguesa: Primeira aproximação", Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação/Intercom.
- HOHLFELDT, Antonio (2008): "Comunicação e cidadania: O caso exemplar de O Emancipador, de Moçambique". *Comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, ESPM, vol. 14, nº 5: 13-32.
- HOHLFELDT, Antonio (2009): "Imprensa das colônias de expressão portuguesa: primeira aproximação". *Comunicação & Sociedade*, São Paulo, Universidade Metodista de São Paulo, n. 51: 135-154.
- HOHLFELDT, Antonio e CARVALHO, Caroline Corso de (2010): "Eco do Nyassa: Exemplar história de um jornal de resistência em Moçambique". XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul.
- HOHLFELDT, Antonio e GRABAUSKA, Fernanda (2010): "Pioneiros da imprensa em Moçambique: João Albasini e seu irmão". *Brazilian Journal Research, Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo*, Vol. 6, nº 1: 195-214.
- HOHLFELDT, Antonio (2013): "Rádio e imprensa: Como as duas mídias se encontraram e se fortaleceram em Moçambique". Conferência Internacional Império Português, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- JÚDICE, Nuno (sem data): *A viagem na literatura portuguesa* (Instituto Português do Livro e da Leitura).
- LARANJEIRA, Álvaro Nunes (2011): "Arquebiografia do pioneiro da imprensa no Brasil: Nas pegadas de Frei Tibúrcio". *Revista FAMECOS- Mídia, Cultura e Tecnologia*, Porto Alegre, Famecos-PUCRS, V. 18, nº 3: 765-781.
- LOBO, Júlio de Castro (1964): *Jornalismo de Angola - Subsídios para a sua história*, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola.
- LOPES, António dos Mártires (1971): *Imprensa de Goa*, Lisboa, Comissariado do Governo para os Assuntos do estado da Índia.
- LOUREIRO, Rui Manuel (1996): "Religiosos ibéricos em demanda das Índias". In: VENTURA, Maria da Graça M. (Org.) *Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista*, Lisboa, Colibri.
- MACÊDO, Tania e MAQUÊA, Vera (2007): *Literaturas de língua portuguesa. Marcos e marcas*, Angola, São Paulo, Arte & Ciência.
- MÚRIAS, Manuel (1940): *História breve da colonização portuguesa*, Lisboa, Ática.

- NOA, Francisco (1996): Da literatura e da imprensa em Moçambique. In: RIBEIRO, F. e SOPA, A. (Orgs.) *140 anos de imprensa em Moçambique: Estudos e relatos*, Maputo, AMOLP.
- PIMENTEL, Maria do Rosário (1996): Aspectos do relacionamento intercultural no expansionismo português. In: VENTURA, Maria da Graça M. (Org.) *Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista*, Lisboa, Colibri.
- QUINTERO, Alejandro Pizarroso (1994): *História da imprensa*, Lisboa, Planeta.
- RANGEL, Jaime (1957): *A imprensa em Goa*, Bastorá, Tipografia Rangel.
- RIZZINI, Carlos (1988): *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil – 1500-1822*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- ROCHA, Ilídio (2000): *A imprensa de Moçambique – História e catálogo – 1854-1975*, Lisboa, Livros do Brasil.
- RODRÍGUEZ, Alberto Pena (1994): História do jornalismo português. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso, *História da imprensa*, Lisboa, Planeta.
- SANTILLI, Maria Aparecida (2007): *Literaturas de língua portuguesa. Marcos e marcas*, Cabo Verde, São Paulo, Arte & Ciência.
- SARAIVA, António José e LOPES, Óscar (1975): *História da literatura portuguesa*, Porto, Porto Editora – Livraria Arnado – Emp. Lit. Fluminense.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1966): *A história da imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SOUSA, Jorge Pedro (2007): *A génese do jornalismo lusófono*, Porto, Universidade Fernando Pessoa.
- SOUSA, Jorge Pedro (2013): *Jornalismo em Portugal no alvorecer da modernidade*, Lisboa, Media XXI.
- SOUSA, Jorge Pedro; LIMA, Helena; HOHLFELDT, Antonio e BARBOSA, Marialva (Orgs.) (2014): *A history of the press in the portuguese-speaking countries*, Porto, Media XXI.
- SOUZA, Juliana Pereira de (2010): Mídia. In: MELO, José Marques et alii, *Enciclopédia INTERCOM de comunicação*, São Paulo, INTERCOM.
- TENGARRINHA, José (2013): *Nova história da imprensa portuguesa das origens a 1865*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- TRIGO, Salvato (1981): *Luandino Vieira, o logoteca*, Porto, Brasília.
- TRIGO, Salvato (1977): *Introdução à literatura angolana de expressão portuguesa*, Porto, Brasília.
- VENTURA, Maria da Graça M. (Org.) (1996): *Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista*, Lisboa, Colibri.
- VIANNA, Hélio (1945): *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

WAGNER, Klaus (1996): Descubrimientos e imprensa. In: VENTURA, Maria da Graça M. (Org.) *Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista*, Lisboa, Colibri.